

O PERFIL HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL



CIBELE CARDOSO DOS SANTOS

Graduação em Ciências Biológicas - Faculdade Uninove; Graduação em Pedagogia- Faculdade Uninove; Especialista em Magistério do Ensino Superior pela Faculdade PUC-SP; Professora de Ensino Fundamental II - de Ciências na EMEF Rui Bloem.

RESUMO

O presente artigo relata de forma breve a história da EJA (educação de jovens e adultos) no Brasil, desde o seu período colonial até 2003. O objetivo é descrever uma análise efetuada em documentos históricos e atuais que mostram ser a educação de jovens e adultos no Brasil de um caráter discriminatório e assistencialista, e que apontam o que está sendo feito para promover a inclusão dos indivíduos que nela estão inseridos. A revisão teórica voltou-se à necessidade de se compreender aos impactos da exclusão precária da escola e de uma experiência de escolarização tardia na vida de jovens e adultos. Para embasamento teórico buscou-se autores que abordassem a ideia da EJA nos diferentes contextos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de jovens e adultos; Público EJA; Políticas públicas; Ensino aprendizagem; Educação.

INTRODUÇÃO

Esse artigo foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas, tendo como objetivo descrever uma análise efetuada em documentos históricos e atuais que mostram ser a educação de jovens e adultos no Brasil de um caráter discriminatório e assistencialista, e que apontam o que está sendo feito para promover a inclusão dos indivíduos que nela estão inseridos.

Para desenvolvimento desse artigo, procurou-se responder ao seguinte questionamento: Por que a criação e oferta de uma modalidade de ensino destinada a pessoas “não crianças” que não estudaram na sua idade correta ou se quer frequentaram a escola?

Justifica-se a escolha do tema, como forma de compreender o que as autoridades públicas

têm feito para atender essa parcela da população tão desprovida ou de pouca, leitura, escrita, esperança e de baixa autoestima.

Como metodologia para a pesquisa bibliográfica recorreu-se a autores e material que abrangesse o assunto sobre a educação de jovens e adultos (EJA) em suas diversas especificidades.

Como meta o presente artigo procurou abordar temáticas como a educação básica no Brasil para o ensino da EJA, o perfil do aluno da EJA, a alfabetização de jovens e adultos ao olhar de Paulo Freire, as políticas públicas da EJA no Brasil até a década de 90 e a Formação docente e a sua prática pedagógica.

Consertar o erro do passado é praticamente impossível, mas criar formas de amenizar o que foi feito é necessário, mesmo que de forma tardia. Não há maior gratificação ao educador do que ver aquele aluno que antes desconhecia as letras e a junção destas, escrever o seu próprio nome e realizar a leitura das palavras.

A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL PARA O ENSINO DA EJA

Consta na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB) alguns artigos acerca da EJA, como é o caso do artigo 205, que assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, o que inclui os jovens e os adultos. Já o artigo 208 destaca que:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – Atendimento ao educando do ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A LDB também traz alguns artigos, como o artigo 1º, no inciso II diz que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (VILLELA PEREIRA; DE LA FARE, 2011). A EJA é a modalidade educacional que já relaciona os conteúdos escolares com o trabalho exercido pelos educandos. No artigo 3º, inciso VII da LDB, faz-se referência à oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. Já o artigo 27 da LDB apresenta os conteúdos curriculares para a educação básica, incluindo a EJA, conforme abaixo especificado:

“Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, às seguintes diretrizes:

I – A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II – Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III – Orientação para o trabalho; IV – Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

A seção V da LDB é totalmente direcionada à EJA, o que revela avanço e reconhecimento da relevância desta modalidade de ensino. O artigo 37 diz que a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. No inciso I é destacado que as instituições de ensino deverão assegurar gratuitamente oportunidades educacionais que levem em consideração as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (SANTIAGO; BRITTO, 2006). No inciso II diz-se que o poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradoras e complementares entre si.

O PERFIL DO ALUNO DA EJA

O estudante que frequenta o ensino da EJA possui características bem heterogêneas. São adultos e jovens ou as “não crianças” que por seus vários motivos não tiveram acesso ao ensino na idade adequada.

São pessoas simplórias como trabalhadores proletariados, desempregados, donas de casa, jovens (muitas vezes repetentes e com idade avançada), idosos e portadores de deficiência. São alunos com suas diferenças culturais, étnicas, religiosas e de crenças.

A grande maioria tenta conciliar o estudo à noite com o trabalho diurno. Chega à escola cansados, com fome e com sono, isso quando não faltam a aula.

Na sua essência muitos trazem consigo a baixa autoestima, a frustração por ainda não ter progredido na vida, a dificuldade de aprendizagem e o medo de não conseguir concluir novamente os estudos.

Apesar de toda essa questão psicológica, quando o aluno consegue a sua certificação, ele entende que são possíveis umas colocações no mercado de trabalho e consecutivamente melhores condições de vida e até a possibilidade de formação de sua própria família. Mediante a isso a sua autoestima é restabelecida e a pessoa passa a se sentir um cidadão comum.

A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS AO OLHAR DE PAULO FREIRE

Paulo Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 em Recife, faleceu em São Paulo, 2 de maio de 1997 foi um educador e filósofo brasileiro. Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. Autor de “Pedagogia do Oprimido”, um método de alfabetização dialético, se diferenciou do “vanguardismo” dos intelectuais de esquerda tradicionais e sempre defendeu o diálogo com as pessoas simples, não só como método, mas como um modo de ser realmente democrático.

Paulo Freire não concordava com o ensino cujo método era o de transmitir aos educandos um saber já construído. Para ele o educar deve contemplar o pensar e o concluir, ou seja, é necessário se fazer refletir, questionar e ser crítico. Isso porque práticas tradicionais de ensino não despertam

o interesse do educando, o que na EJA leva a problemática da evasão escolar.

Para Paulo Freire as cartilhas já trazem as palavras prontas, o que não estimula a pensar, por isso em sua concepção, as palavras devem ser criadas e não “doadas”.

Para a realização da alfabetização, Paulo Freire de primeiro momento propôs que o professor realizasse uma conversa com os educandos para aprender sobre o conhecimento prévio e cultura deles.

A partir daí o educador inicia a alfabetização com as palavras geradoras (as extraídas do cotidiano do educando). Desse variado diálogo surgirão temas ou palavras geradoras como, por exemplo: o assunto sobre garimpo, dele pode-se anotar palavras como esmeralda, terra, dinamite... Sempre respeitando o linguajar típico do sujeito.

Segunda etapa: o educador deverá selecionar as palavras seguindo os critérios de riqueza fonética, numa sequência gradativa das mais simples para as mais complexas.

Terceira etapa: a criação de situações existências características do grupo, ou seja, de situações inseridas na realidade local que devem ser discutidas com o intuito de abrir perspectivas para a análise crítica consciente de problemas local, regional e nacional.

Quarta etapa: Criação de fichas-roteiro, que funcionam como roteiro para os debates.

Quinta etapa: Criação de fichas de palavras para a decomposição das famílias fonéticas correspondentes às palavras geradoras.

Com isso os educandos passam para as etapas seguintes o aprendizado coletivo e solidário, que consiste em dupla leitura: a da realidade social que se vive e a da palavra escrita que se retraduz.

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EJA NO BRASIL ATÉ A DÉCADA DE 90

A educação da EJA no Brasil é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal, que tem o intuito de permitir o ensino-aprendizagem àqueles que não tiveram acesso à educação convencional.

É especialmente destinada a jovens e adultos, o que permite a estes retomarem os seus estudos e a conclusão em menos tempo, o que possibilita a qualificação do indivíduo para conseguir melhores posições no mercado de trabalho, porém nem sempre foi assim.

Segundo SAMPAIO (2009), consta em documentos oficiais que a EJA é um favor a se fazer pelo homem que não teve a oportunidade de estudar na idade adequada, mas se bem analisado, na verdade o que ocorre é um pagamento de uma dívida social e a institucionalização de direito, uma vez que o seu público de uma autoestima baixa e analfabetos se julgavam incapazes incompetentes e marginalizados frente à elite brasileira que sempre teve o seu lugar ao Sol.

A alfabetização tem início com os jesuítas, que acreditavam não ser possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever. Dessa forma esses adultos poderiam servir a igreja Católica, aprender os costumes europeus como serem úteis ao trabalho (PACHECO et al,2013).

Com a vinda da família real para o Brasil, surgiu à necessidade da formação de adultos para atender a aristocracia portuguesa e com isso, implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo de servirem como serviçais da corte e para cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. De certa forma a realeza cabia ensinar os bons costumes e a igreja a conversão à fé católica. (ANDRIOLA, 2014).

Em 1854 surgiu à primeira escola noturna no Brasil cujo intuito era de alfabetizar os trabalhadores analfabetos, expandiu-se muito rapidamente. Até 1874 já existiam 117 escolas, sendo que as mesmas possuíam fins específicos, como por exemplo: no Pará para a alfabetização de indígenas e no Maranhão para esclarecer colonos de seus direitos e deveres (PAIVA, 1973).

Em nove de janeiro de 1881 foi concebido o Decreto nº 3.029, conhecido como “Lei Saraiva” em homenagem ao Ministro do Império José Antônio Saraiva, responsável por dois feitos: pela primeira reforma eleitoral do Brasil e ao criar o título de eleitor. Esta lei proibia o voto dos analfabetos, considerados incapazes e inábeis socialmente, pois somente os providos de educação tinham ascensão social. No século XVIII os jesuítas foram expulsos e o ensino de adultos desestruturado e um pouco deixado de lado, discussão que só foi retomada no Império (PAIVA, 1973).

Nos anos de transição do Império República (1887-1897), a educação foi considerada como a época da salvação dos problemas da nação, pois ocorreu a expansão da rede escolar, e as “ligas contra o analfabetismo”, surgidas em 1910, uma vez que havia necessidade de obtenção de votos e com a supressão do analfabetismo isso seria possível. Esse período foi de intensos debates políticos uma vez que ao Estado era estipulado a mobilizações em torno de educação. Estas discussões se intensificaram nas décadas de 20 e 30, com a Revolução de 30 as mudanças políticas e econômicas e o processo de industrialização no Brasil a EJA começa a marcar seu espaço na história da educação brasileira. Segundo PAIVA (1973), relata que as reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo diferente. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30. Com a criação do Plano Nacional de Educação instituído na constituição de 1934, estabeleceu-se como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. A oferta de ensino básico e gratuito estendeu-se praticamente a todos os setores sociais.

A década de 40 foi marcada por grandes transformações e iniciativas que permitiram avanços significativos na educação e por consequência na EJA. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que vem a fortalecer a intenção da sociedade capitalista e dos grupos econômicos dominantes: sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o país. Vincula-se neste momento a educação de adultos à educação profissional (GADOTTI; ROMÃO, 2006)

Outro fato importante na década de 40 foi à regulamentação do Fundo Nacional de Ensino

Primário (FNEP), criado pelo professor Anísio Teixeira. Tal fundo tinha como objetivo definir e implantar um fundo que garantisse recursos permanentes para o ensino primário, pois Anísio Teixeira se preocupava com a desigualdade econômica e cultural que predominava entre os municípios, o que ocasionava a formação desigual dos alunos. E para que essa desigualdade fosse amenizada, o professor propôs a criação de um "custo padrão", com o objetivo de redistribuir entre municípios de um estado da federação os recursos já existentes para a educação fundamental, a partir da prefixação de um custo médio anual, nacional, do aluno financiado pelos poderes públicos: União, Estados e Municípios (AMARAL, 2001). Outro destaque desta trajetória foi a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) na qual se começou a pensar como seria o material didático para a educação de adultos. Este foi seguido por outros fatores da estruturação da EJA, como em 1947 aconteceu o I Congresso Nacional de Educação de Adultos e em 1949 a I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Dinamarca).

No governo de Getúlio Vargas a educação de adultos foi à base de sua política, uma vez que se via de extrema necessidade a elevação dos níveis de escolarização da população de forma a compreender ao aumento do nível cultural dos cidadãos. As escolas foram organizadas em diversos lugares, tal movimento ficou conhecido como escola de Várzea, cujo currículo versava sobre o básico visando também à expansão agrícola. Como essa ação visava somente à alfabetização também foi denominada de "Fábrica de Leitores".

Em 1958 ocorre o Congresso de Educação de Adultos, onde o então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira convoca grupos de vários Estados para relatarem suas experiências com a Educação de Adultos. Nesse congresso ganha o destaque um grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire, que apontaram críticas muito fortes à precariedade dos prédios escolares, a inadequação do material didático e à qualificação do professor. Mas em contrapartida apontava novas ideias como inovações pedagógicas enfatizando uma educação com o homem e não para o homem e propunha uma renovação dos métodos e processos educativos, abandonando os processos em que o aluno é apenas ouvinte, substituindo pela discussão e participação do grupo (PAIVA, 1973).

No ano de 1966, foram criados pelo governo o Plano Complementar ao Plano Nacional de Educação e a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática (CNAED), com o objetivo central de auxiliar financeiramente as ações na Educação de Jovens e Adultos e de fazer o controle ideológico. No ano de 1967, houve a criação do MOBREAL (movimento brasileiro de alfabetização) que tinha como objetivo alfabetizar a população urbana iletrada de 15 a 35 anos. Mas, a partir de 1974, voltou-se, também, para os jovens de 9 a 14 anos.

Em 1971 a Lei nº. 5692 (BRASIL. 1971) regulamenta o Ensino Supletivo (esse grau de ensino visa a contemplar os jovens e adultos) como proposta de permitir o ensino aqueles que não tiveram oportunidade na idade adequada. Essa proposta também visava qualificar para o trabalho.

Em 1989 foram convocados especialistas para a discussão do Ano Internacional da Alfabetização definido pela UNESCO para 1990. Data em que foi fundada a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA), porém a mesma é desarticulada pela ocasião da extinção da Fundação EDUCAR. No ano Internacional da Alfabetização (1990), vários debates foram realizados por instituições governamentais e não governamentais no sentido de encontrar estratégias para

erradicar o analfabetismo no Brasil (ANDRIOLA, 2014.).

O governo de Fernando Collor de Mello lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que tinha como objetivo reduzir 70% do número de analfabetos em cinco anos que, em termos quantitativos chegava a 17.762.629 em 1990.

Com a LDB 9394/96, a nomenclatura Ensino Supletivo passa para EJA, como o parecer CEB/CNE 11/2000 que teve como base a resolução do CNE de diretrizes Curriculares para EJA, são enfatizadas as mudanças da nomenclatura de ensino supletivo para EJA, o direito público subjetivo dos cidadãos à educação, as funções: reparadora; equalizadora e qualificadora, assim como distingue a EJA da aceleração de estudos, concebe a necessidade de contextualização do currículo e dos procedimentos pedagógicos e aconselha a formação específica dos educadores.

Os objetivos da EJA podem ser assim elencados:

- Proporcionar a conclusão do Ensino Médio aos Jovens e Adultos que estão afastados da escola e desejam retomar os seus estudos;
- Oferecer a inclusão digital pelo uso da tecnologia na educação;
- Propor a democratização do ensino por todos os cantos do Brasil;
- Quebrar barreiras territoriais de um país de extensão continental com a utilização da tecnologia de transmissão via satélite de última geração;
- Participar da mudança na concepção do educar tradicional, que mantém os mesmos moldes do século XIX.

FORMAÇÃO DOCENTE E A SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA VOLTADA AO PÚBLICO DA EJA

A figura do professor poderia simbolicamente ser comparada com a de um maestro criativo que exigiria dos componentes da orquestra: organização, iniciativa própria, envolvimento, dedicação, tudo em sua perfeita harmonia e, principalmente, ações coletivas desencadeadas por processos participativos. “Sendo criativo, articulador, mediador e desafiador, o professor apostaria em todos os meios e recursos existentes para consolidar a construção do conhecimento” (BEHRENS, 1996, p. 64). São muitos os desafios o que torna a prática de ensinar cada vez mais complexa para superar uma formação fragmentada, tanto a instituição formadora de professores como os formadores e os futuros professores, precisam assumir que na sociedade globalizada“ se convive, simultaneamente, com a inovação e a incerteza. Por isso, a educação dos seres humanos se torna mais complexa, e a formação do professor, também, passa a assumir essa complexidade.

Para superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, teoria e prática, e possibilitar a construção de uma práxis dinamizada pela iniciativa, pelo envolvimento do futuro professor em projetos educativos próprios e fundamentados, torna-se necessário reconhecer tal complexidade.

A concepção moderna do educador exige uma sólida formação científica, técnica e política,

claro que, atrelada a uma prática pedagógica crítica e consciente para avaliar a atual condição da educação.

Dessa forma, faz-se necessário uma qualificação dos profissionais envolvidos neste processo, é fundamental que a equipe docente esteja bem preparada, por este motivo é extremamente importante uma formação continuada, onde todos tenham a oportunidade de repensar a sua prática.

Pois, a formação continuada é um processo possível para a melhoria da qualidade do ensino, dentro do contexto educacional contemporâneo.

A formação continuada pode ser caracterizada como uma tentativa de resgatar a figura do mestre, tão carente do respeito devido a sua profissão, tão desgastada em nossos dias.

Para FREIRE (1997), A formação permanente é uma conquista da maturidade, da consciência do ser. Quando a reflexão permear a prática, docente e de vida, a formação continuada será exigência para fazer do homem atuante no seu espaço histórico, crescendo no saber e na responsabilidade.

A prática educativa é acima de tudo um desafio, pois o educador consciente passa grande parte do seu tempo questionando-se, revendo conceitos, buscando dar o melhor a seus educandos. Por isso, o sonho e a utopia fazem parte desses docentes, e outros sentimentos como a esperança, que é uma arma importantíssima para a realização de certas aspirações. Para FREIRE (1997) é ingenuidade dar à esperança um poder absoluto de resolução de conceitos, concepções e conteúdo, no entanto, se aliadas a ela encontram-se o esforço, a capacidade, a persistência e humildade, o educador está no caminho certo.

A formação de professores no Brasil, historicamente, tem forte influência das chamadas escolas normais, que foram o lócus da formação de professores até o período da Reforma Universitária de 1968, quando da criação das faculdades de educação.

O resultado das reformas da ditadura militar foi à convivência entre um 2º grau técnico em magistério, que prepararia os professores para os anos iniciais do 1º grau e as licenciaturas curta e plena, nas universidades, que titulariam os professores das diversas disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º grau e os professores das diversas disciplinas do 2º grau.

Esse modelo de formação de professores que vigorou até a LDB/96, em seu formato padrão não previa formação específica para atender os alunos jovens e adultos. A exceção à regra de não formação específica para EJA teve início no final da década de 1980, quando as faculdades de educação realizaram amplo debate sobre a atuação do pedagogo e sua habilitação profissional.

Resulta desse rico debate a compreensão, assumida principalmente pelas instituições públicas de educação superior, de que os pedagogos deveriam ser habilitados prioritariamente como professores, podendo atuar na gestão pública da educação em diversos campos, como diretor, coordenador, supervisor, mas de que sua matriz de formação era de fato o magistério dos anos iniciais do 1º grau. A partir dessa compreensão, alguns cursos de pedagogia, pelo País, passam a ter ênfases específicas em sua habilitação. Dessa experiência resultam os cursos de pedagogia, com ênfase ou habilitação em EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino no Brasil nunca ocorreu de forma igualitária, à história registrada em documentos deixa de forma bem clara isso. Nossos índios só foram alfabetizados pelos jesuítas como o intuito de servirem a igreja católica e a nobreza europeia. Haja vista que de início só os filhos homens de famílias nobres tinha direito a serem versados nas letras. Não existiam escolas a alfabetização da nobreza era realizada pelos padres.

Os anos se passam e no Brasil mudanças acontecem, uma delas é a revolução industrial que necessitava de mão - de- obra para trabalhar nas fábricas e a necessidade de se conseguir votos. Mas no primeiro caso como ensinar um ofício a uma pessoa que desconhece as letras? E no caso seguinte havia um empecilho, pois analfabeto não votava.

É nesse momento que se pensa em criar uma modalidade de ensino no período noturno que dê a oportunidade de estudar àqueles que não tiveram acesso ao ensino em sua idade certa devido a inúmeros fatores como nem ter ido à escola para trabalhar e ajudar a família ou abandonar os estudos pelo mesmo motivo.

Políticas públicas também são criadas como forma de manter essa modalidade de ensino como o SENAI, o FNEP, o Mobral, além da dedicação em seus estudos de Paulo Freire onde desenvolve uma forma de ensino que faz o aluno pensar, fazer conexões com sua realidade, se sentir mais capaz de aprender, tudo sem deixar de sentir um adulto.

O que se busca na EJA hoje é uma perspectiva de melhoria dos índices de alfabetização no país, e a constituição de um espaço privilegiado de socialização do conhecimento e de saberes para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de aprender. Para isso, torna-se necessário à construção de um pensamento político e pedagógico consistente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, 2001, N.C. **Um novo Fundef: as ideias de Anísio Teixeira**. Educação e sociedade, Campinas, SP, V.22, N.75 P. 277-290, 2001.

ANDRIOLA, W. B. **Avaliação diagnóstica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil**. Ensaio: Aval. Pol. Públ., Rio de Janeiro, V.22, n. 82, p 171-196, Jan/Març 2014.

BELUZO, M.F; TONIOSSO, J.P. **O Mobral e a Alfabetização de Adultos: considerações históricas**. Cadernos de Educação: Ensaio e Sociedade, Bebedouro- SP. 2(1): 196-209, 2015.

BRASIL LEI n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário oficial da União, Brasília, DF, 23 dez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, M; ROMÃO, J.E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 2005. 15

PACHECO, K.D; AMARAL, M.B; PEREIRA, P.M; LIQUER, W.R. **Educação de Jovens e Adultos: O que fazer docente perante o aumento da discência idosa.** Revista eletrônica da Faculdade Metodista Grabery. Curso de Pedagogia – n.15, Jul/Dez 2013.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1973.

PRADO, D. P.F.; REIS,S. M.A.de. O. **Educação de Jovens e Adultos: O que revelam os sujeitos?** XVI Endipe- Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino- Unicamp- Campinas 2012

SAMPAIO, M.N. **Educação de jovens e adultos: Uma história de complexidade e tensões.** Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista. v. 5, n.2, p13-27- Jul/Dez 2009.

SANTIAGO, J.B. S; BRITO, T.F de. **A educação nas prisões.** Revista de informação Legislativa, Brasília, DF, v. 43. n.171, p. 299-304, Jul/Set 2006.

VILLEA, P. M; De LA FARE, M.A. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos (EJA): As pesquisas na Argentina e no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, DF, v. 92, N. 230. P. 70-82, 2011.